



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

Desenvolvimento Desigual e Combinado e a crítica do internalismo nas Relações Internacionais: uma apropriação periférica do projeto teórico de Justin Rosenberg^{1,2}

Uneven and Combined Development and the critique of internalism in International Relations: a peripheral appropriation of Justin Rosenberg's theoretical project

Desarrollo Desigual y Combinado y la crítica del internalismo en las Relaciones Internacionales: una apropiación periférica del proyecto teórico de Justin Rosenberg

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

DOI: 10.21530/ci.v21n1.2026.1636

Francisco Luiz de Andrade Neto³

Resumo

Desde os anos 1990, Justin Rosenberg ensaia uma teorização pautada nas ideias de “Desenvolvimento Desigual e Combinado” (DDC) e “multiplicidade”, que se relacionam com críticas ao

- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.
- 2 Agradeço à equipe editorial da Carta Internacional pelas observações cuidadosas durante o processo de publicação deste artigo, bem como a Victor Coutinho Lage por comentários que contribuíram para a construção deste trabalho desde suas versões iniciais.
- 3 Doutorando em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA), Salvador, Bahia. (flandradeneto@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4261-3561>.

Artigo submetido em 25/10/2025 e aprovado em 02/05/2026.





internalismo das Relações Internacionais (RI). No entanto, tal teorização tem seu potencial crítico relativizado por intervenções que veem resquícios eurocêtricos na ideia de DDC. Neste artigo, ao passo em que se apresenta e analisa as formulações de Rosenberg e de seus interlocutores ao longo das últimas três décadas, enfoca-se no diálogo com tais críticas sobre eurocentrismo, indicando um caminho para superar as limitações teóricas expostas por elas. Com isso, busca-se propor uma apropriação periférica do DDC através de combinações com literaturas que explicitam características da multiplicidade ocultas da forma básica do DDC e das teorizações *mainstream*, assim contribuindo para os debates específicos em torno desta noção e para o avanço de entendimentos plurais sobre a multiplicidade, entendida como a ontologia das RI.

Palavras-chave: Desenvolvimento Desigual e Combinado, Justin Rosenberg, Multiplicidade, Internalismo, Teorização periférica.

Abstract

Since the 1990s, Justin Rosenberg has been developing a theorization based on the ideas of Uneven and Combined Development (UCD) and multiplicity, which are related to critiques of International Relations' (IR) internalism. However, its critical potential is called into question by interventions that identify Eurocentric meanings in the idea of UCD. In this article, while presenting and analyzing Rosenberg's formulations and those of his interlocutors over the last three decades, a focus is placed on the dialogue with these Eurocentrism critiques, indicating a path to overcome the theoretical limitations they expose. In doing so, the article seeks to propose a peripheral appropriation of UCD through combinations with literatures that make explicit characteristics of multiplicity hidden in the basic form of UCD and in mainstream theorizations, thus contributing to specific debates surrounding this notion and to the advancement of plural understandings of multiplicity, understood as the ontology of IR.

Keywords: Uneven and Combined Development, Justin Rosenberg, Multiplicity, Internalism, Peripheral theorization.

Resumen

Desde la década de 1990, Justin Rosenberg ha desarrollado una teorización basada en las ideas del “Desarrollo Desigual y Combinado” (DDC) y la “multiplicidad”, que se relacionan con críticas al internalismo de las Relaciones Internacionales (RI). Sin embargo, su potencial crítico es relativizado por intervenciones que identifican sentidos eurocéntricos en la idea del DDC. En este artículo, al tiempo que se presentan las formulaciones de Rosenberg y sus interlocutores a lo largo de las últimas tres décadas, se pone el foco en el diálogo con las críticas sobre el eurocentrismo, señalando un camino para superar las limitaciones





teóricas que estas exponen. Con ello, se busca proponer una apropiación periférica del DDC mediante combinaciones con literaturas que explicitan características de la multiplicidad ocultas en la forma básica del DDC y en las teorizaciones mainstream, contribuyendo así a los debates específicos en torno a esta noción y al avance de comprensiones plurales sobre la multiplicidad, entendida como la ontología de las RI.

Palavras-clave: Desenvolvimento Desigual y Combinado, Justin Rosenberg, Multiplicidad, Internalismo, Teorización periférica.

Introdução

A ideia de Desenvolvimento Desigual e Combinado (DDC)⁴ vem sendo explorada no campo das Relações Internacionais (RI) — sobretudo na subárea identificada como Teoria das Relações Internacionais (TRI) — principalmente por Justin Rosenberg (2016a; b). Originalmente pensada por Leon Trotsky (2017) no contexto da Revolução Russa, a ideia de DDC é resgatada e reformulada como uma apreensão epistemológica que captura aquilo que Rosenberg julga ser a ontologia da disciplina de RI: o internacional, definido em termos de multiplicidade (Rosenberg 2016a). Tais proposições têm mobilizado amplos debates epistemológicos, metodológicos, ontológicos e disciplinares nas RI, fazendo emergir uma agenda de pesquisa em torno do DDC e da multiplicidade.⁵

Interessa notar como nesse percurso tais apontamentos apresentam uma crítica ao internalismo de teorizações hegemônicas das RI. Isto é, em análises da realidade, o procedimento teórico de abstração de um determinado espaço de maneira hermética, considerando apenas suas características “internas” e desconsiderando influências “externas”. Isso, por exemplo, se manifesta no entendimento de questões sociais tendo em vista exclusivamente características internas de uma dada sociedade (Rosenberg 2013), na compreensão da história mundial com base nas experiências de uma só região, ou mesmo pela forma que o internacional é entendido como um espaço externo, sem interferências do âmbito doméstico (Rosenberg 2016b).

Eis um sentido crítico importante, considerando que o internalismo não é um mero equívoco analítico. Na verdade, trata-se de um procedimento essencial para

4 Do inglês “*Uneven and Combined Development*” (UCD).

5 Neste sentido, ver o site “*Uneven and Combined Development*” (2025): <<https://unevencombined.wordpress.com/>>, organizado por Rosenberg e cia., que lista textos em torno do assunto e sugere obras introdutórias.





ocultar as estruturas de poder que as teorizações hegemônicas das RI constroem e sustentam, consequentemente reforçando o *status quo* e invisibilizando desigualdades e discriminações do mundo moderno. Percebe-se como o eurocentrismo da hegemônica definição do internacional parte de uma definição internalista, isto é, como a história interna, particular, da Europa é universalizada (Sabaratnam 2020). O Tratado de Vestfália (1648) é assim tomado como o momento fundador do internacional *de facto*, entendido como um ambiente anárquico e exterior ao “doméstico”, em que Estados soberanos racionais estão em pé de igualdade formal e preocupados apenas em garantir sua sobrevivência (Krishna 2018). Nota-se como essa ambientação também parte de um internalismo, sendo, portanto, uma segunda dimensão desse procedimento vista em perspectivas hegemônicas, além do eurocentrismo. Ambos se combinam de modo a ocultar a história extraeuropeia e problemas ditos domésticos, silenciando exatamente aquilo sob o que as estruturas vestfalianas foram fundadas e daí se construíram: a colonização das Américas, o estabelecimento de uma superioridade racial branca e europeia frente aos indígenas e negros, e diante disso, a escravização e genocídio destes povos (Santos Filho, 2019, Silva 2021). É a partir daí, também, que são legitimados os “verdadeiros” temas de estudo das RI: guerras entre potências, diplomacia, cooperação, segurança, política externa; ao passo em que são rejeitadas questões ditas domésticas como o racismo, opressões de gênero e desigualdade social.

Apesar desse potencial crítico, algumas obras apontam que a teorização de Rosenberg ainda reproduz problemas das teorizações hegemônicas das RI (Blaney e Tickner 2017; Blaney e Inayatullah 2016; Shilliam 2009; Tickner 2023). Ao entenderem que a formulação do DDC seria muito básica — por não ser capaz de caracterizar o internacional além de oferecer um entendimento não internalista dele — argumentam que ela resguardaria resíduos eurocêtricos e coloniais.

Em diálogo com essas questões, este artigo propõe uma apropriação periférica⁶ do projeto teórico de Rosenberg.⁷ Assim, enquanto apresenta a teorização

6 Por “apropriação periférica”, quer-se dizer o movimento de apreensão teórica das formulações em questão baseado em vozes situadas em posições subalternas e oprimidas na modernidade e no capitalismo global que denunciam processos de dominação e discriminação subjacentes a ambos, e que, ao mesmo tempo, buscam construir novos modos de enxergar e estar no mundo ou cultivar outros já existentes. Exemplos (não exaustivos) nesse sentido seriam as literaturas situadas dentre as chamadas abordagens decoloniais, pós-coloniais e a vertente marxista da Teoria da Dependência.

7 Ainda que Rosenberg não seja o único autor que fale sobre o DDC (e mesmo multiplicidade) dentre as RI, foi ele quem iniciou e levou adiante esse esforço na área, conferindo-o um status de centralidade que justifica o foco deste artigo em sua obra. A segunda seção esclarece e contextualiza essa centralidade nas RI.





sobre o DDC e o internacional que o autor constrói, busca também traçar um caminho para superar seus limites apontados pela crítica sobre eurocentrismo e colonialidade, simultaneamente apropriando-se de seu potencial não internalista. Para tanto, propõe-se conjugar o DDC com leituras periféricas, abrindo espaço para caracterizações diversas do internacional, contemplando sua multiplicidade ao passo em que problematizam seu aspecto desigual e heterogêneo quando situado na modernidade. Desta forma, caracterizam-no de modo a explicitar questões ocultas da própria formulação básica do DDC e das teorizações *mainstream*.

Neste sentido, este artigo oferece uma contribuição para a literatura geral em torno do DDC, multiplicidade e das obras de Rosenberg e, em específico, para sua parte preocupada em discutir sobre como se apropriar destas ideias a partir de considerações sobre eurocentrismo e colonialidade nas RI (Blaney e Inayatullah 2016; Blaney e Tickner 2017; Rutazibwa 2022; Shilliam 2009). Por outro lado, o artigo colateralmente faz outra contribuição de igual importância: apresenta as formulações de Rosenberg e parte dos debates em torno disso em português para a academia brasileira de RI. Alguns textos que interagem com esse referencial teórico já foram publicados no país (Armele 2025; Bittencourt e Passos 2025; Lage 2020; 2022; Passos 2017; 2022; Santos 2024), porém nenhum possui objetivo estrito de promover uma apresentação dessa literatura como proposto aqui.

Tendo essas questões em vista, um exame crítico das obras de Rosenberg será feito aqui em sentido panorâmico, traçando um certo percurso destas ideias (Rosenberg 1992; 1996; 2006; 2013; 2016a; 2016b; 2017; 2020) e apresentando, simultaneamente, diferentes críticas e apropriações já presentes na literatura. A primeira seção apresenta as formulações básicas em torno do DDC, passando por Trotsky (2017) antes de chegar em Rosenberg (2016a; b). Na segunda, é partindo da diferenciação teórica entre as obras de um e de outro que se ressalta a abertura deixada para diferentes apropriações; a partir disso, se percorre pelos diferentes modos em que têm sido mobilizadas na literatura, ao fim focando nas críticas que apontam para um eurocentrismo destas proposições (Blaney e Tickner 2017; Blaney e Inayatullah 2016; Shilliam 2009; Tickner 2023). Na terceira seção, apoiando-se nos raciocínios desenvolvidos, o artigo apresenta seu argumento, indicando literaturas que podem ser aproximadas em consonância com o caminho proposto, ou que já o trilham de forma semelhante (Shilliam 2009; Lage 2020; Antunes de Oliveira 2019; Marini 2022). Ao fim, comentários conclusivos são apresentados.





Entre o DDC, o internacional e a multiplicidade

Como apontado, o DDC é uma ideia que não surge de Rosenberg, mas sim de Trotsky. Entre a teorização de um e outro, existem diferentes problematizações e contextos. Assim, antes de seguir para as ponderações de Rosenberg, primeiro interessa resgatar brevemente como tal ideia surgiu, para depois entender o que hoje significa nas RI. Como será explorado na segunda seção, tais diferenças guardam importância para a maneira como o DDC é apropriado e debatido nesta área.

O DDC de Trotsky em meio à Revolução Russa

A ideia de DDC surge originalmente a partir de Trotsky (2017),⁸ no contexto da luta revolucionária na Rússia do início do século XX. Em sua forma mais elementar, contempla três apontamentos básicos sobre a realidade. Primeiro: o mundo é *desigual*, isto é, composto por diversas sociedades com diferentes características, sejam estas em relação a sua riqueza, cultura, política etc.; segundo: estas sociedades vivem em *combinação*, pois interagem entre si, e; terceiro: esta interação entre sociedades é um motor central para o *desenvolvimento* e a mudança na história humana (Rosenberg 2016b).

Tal entendimento emergiu em meio a dificuldade de enxergar um caminho de práxis revolucionária para a Rússia como o visto na obra que servia como guia político à época: o Manifesto Comunista (Marx e Engels 2008). Enquanto o Manifesto apontava para um rumo histórico em que o feudalismo seria superado por meio de uma revolução industrial, com a burguesia chegando ao poder, e daí o próprio desenvolvimento das forças produtivas ocasionaria o desenvolvimento dos antagonismos de classe, desaguando na derrocada deste sistema e na ascensão do socialismo (Rosenberg 2016b), a sociedade russa era muito diferente quando comparada com esse percurso que, em larga medida, foi baseado na história inglesa. O país do leste europeu não havia passado por uma revolução burguesa e industrial, ou seja, nem a classe burguesa estava estabelecida, nem o proletariado, muito menos a indústria, nos moldes vistos na Inglaterra. O que se via era uma Rússia semifeudal, em que sua classe dominante ainda estava iniciando o processo de industrialização (Rosenberg 2016b). Portanto, como proceder? Como levar adiante uma revolução sem uma base para fazê-la?

8 Para mais contextualizações acerca das formulações de Trotsky sobre o DDC, ver Löwy (1998).





Esquivando-se desse dilema, Trotsky buscou analisar mais a fundo sua realidade concreta, e foi assim que cristalizou seu entendimento acerca dos movimentos de “desigualdade”, “combinação” e “desenvolvimento”. O revolucionário percebeu que as diferenças encontradas entre a Inglaterra industrial e a Rússia semifeudal estavam relacionadas; foi precisamente pelo fato de que estavam em interação que suas diferenças se engendraram. A industrialização na Europa ocidental no final do século XIX gerou uma grande onda de desigualdade em relação aos outros Estados da região, visto que os países industrializados se tornaram muito mais poderosos. Isso fez com que os demais países não industrializados ou em vias de se industrializar sofressem o chamado “chicote das necessidades externas”, impelindo a que reorientassem seus rumos a fim de seguir a trilha do “desenvolvimento” já tecida pelos países industrializados (Rosenberg 2016b; Trotsky 2017). Além desse chicote, uma outra consequência dessa desigualdade é configurada: “o privilégio do atraso histórico”. Entende-se que por já existirem sociedades mais “desenvolvidas”, que já passaram por um certo caminho rumo ao “desenvolvimento”, isso possibilita que as sociedades mais “atrasadas” possam replicar o caminho das primeiras mais rápida e diretamente. Desse modo, pulam etapas intermediárias neste processo, importando ganhos materiais e ideológicos das mais “avançadas” (Rosenberg 2016b; Trotsky 2017).

Politicamente, tais entendimentos se traduziam na percepção de que o desenrolar do capitalismo não aconteceria sempre da mesma forma em determinadas sociedades, na verdade sendo desigual, e atendendo às especificidades históricas e sociais delas. Como consequência, concluiu-se que um processo revolucionário não precisaria passar necessariamente pelos mesmos estágios postos por Marx e Engels (2008), nem da mesma maneira. Ao invés de um resultado que emergiria de características exclusivamente internas de determinadas sociedades, a revolução socialista seria um resultado (desenvolvimento) da combinação entre diferentes (desiguais) pressões internas e externas dentre a interação de múltiplas sociedades. Centralmente, percebia-se que a revolução socialista não era eminente só na Inglaterra, como pensado na época; na verdade, a própria Rússia feudal poderia realizá-la diante da importação de experiências oriundas da interação com sociedades mais “avançadas” (Rosenberg 2021a). O DDC, portanto, surge para Trotsky em meio a problemas de ordem política, diante da dificuldade de buscar um horizonte revolucionário na Rússia a partir de direcionamentos pré-estabelecidos e baseados em sociedades muito diferentes da que vivia.





O DDC de Rosenberg em meio aos problemas das RI

Contemporaneamente, Rosenberg resgata e expande essa formulação. Neste contexto, os problemas que interage são de caráter teórico-metodológico e a respeito do status da disciplina de RI em relação a outras dentre as ciências sociais e humanas, sobretudo a Ciência Política. Respectivamente, estas inquietações seriam: o “problema do internacional” (Rosenberg 2016b) e a “prisão da Ciência Política” (Rosenberg 2016a).

Na obra mais introdutória acerca de suas ideias, Rosenberg (2016b) aponta que o “problema do internacional” diz respeito a como diversas teorizações sobre sociedades não conseguem captar a real importância do “internacional”. Isto é, reconhecem a existência de um mundo composto por diferentes sociedades, mas não se atém ao fato de que elas coexistem e interagem entre si, bem como que essas relações se constituem ou mudam ao longo do tempo. Diante disso, configura-se uma tendência analítica a um nacionalismo metodológico, um “internalismo doméstico”, com foco em sociedades como unidades herméticas, sem interrelações com outras (Rosenberg 2016b). Mas especificamente dentre as RI, argumenta Rosenberg (2016b), uma outra tendência existiria: diante da recusa em perpetuar tal nacionalismo metodológico, teorizações da área pensam o internacional como uma entidade externa, descolada e oposta ao doméstico. Com isso, inverte-se o problema do nacionalismo metodológico: enquanto desta forma abordam-se as sociedades sem o internacional, nas RI a questão é que se foca em uma estrutura do internacional, mas sem sociedades (Rosenberg 2016b). Assim, configura-se um internalismo em relação ao “externo”, ou, em outras palavras, um “internacionalismo metodológico” (Lage 2020).

Tais apontamentos ganham mais contornos em outro texto publicado no mesmo ano (Rosenberg 2016a). É nesta obra que a teorização de Rosenberg está mais demarcada junto das RI em termos explicitamente ontológicos. Questiona-se o porquê das RI não terem grande influência teórica em outras áreas das ciências sociais e humanas, considerando que a Economia, Geografia, História, por exemplo, influenciam fortemente as RI. Esse problema se expressaria sobretudo por como muitas ideias e conceitos oriundos de outras áreas são absorvidos pelas RI, mas o contrário não acontece (Rosenberg 2016a). Diante disso, percebe que essa fraca influência das RI se relaciona precisamente com o “internacionalismo metodológico” aqui definido. É partindo daí que o “internacional”, objeto de estudo das RI, é comumente entendido em termos ontológicos neste campo do saber:





poder político em sentido internacional, com uma ausência de poder centralizado (Rosenberg 2016a). Acontece que essa seria uma ontologia “emprestada” da Ciência Política — área à qual as RI estão estreitamente relacionadas de maneira subordinada, ao menos nos circuitos *mainstream* — e projetada para um âmbito “internacional”. Dessa forma, o internacional é definido negativamente (ausência de poder superior) e não positivamente (a presença de algo ou alguma característica), sendo mais uma ontologia do poder político internacional do que uma ontologia do internacional de fato (Rosenberg 2016a). Como consequência disso, as RI só conseguem interagir e contribuir com discussões de outras áreas que estejam demarcadas nesse espaço externo, descolado do doméstico; ou seja, de forma restrita. É essa situação que o autor denomina de “prisão da Ciência Política”: as RI “pegam emprestado” a ontologia da Ciência Política, e por isso não conseguem se especializar em algo “seu”, particular, nunca alcançando seu pleno potencial. Estando numa prisão, conseguem receber visitas — neste caso, teórico-conceituais —, mas nunca as retribuir. Segundo Rosenberg, uma saída para isto seria (re)definir o internacional positivamente, como algo que de fato existe “em si” e afeta a realidade para além do âmbito externo, descolado do doméstico (Rosenberg 2016a). Dito de outro modo, a saída da prisão da Ciência Política passa pela especialização das RI em uma definição do internacional como algo que tenha uma importância e existência generalizada — impactando a realidade de maneira totalizante — e não fragmentada.

Em ambos os casos, tais problemas são atrelados ao realismo de Kenneth Waltz, considerando sua centralidade nas RI. É ele quem notoriamente vai atrelar o internacional com a política internacional diante da ideia de cientificizar a disciplina, demarcando-o como uma estrutura externa e anárquica de poder, sendo parte do internacionalismo metodológico ressaltado (Waltz 1979). Segundo Rosenberg, tal posicionamento ontológico foi reproduzido sistematicamente dentre os esforços de teorização na área desde 1979, ano em que Waltz publicou sua mais famosa obra (Rosenberg 2016a; Waltz 1979). Apesar de diversas perspectivas teóricas terem proposto críticas a essa construção teórica — seja o marxismo, feminismo, teoria queer, liberalismo ou construtivismo, por exemplo —, nenhuma foi capaz de oferecer uma definição alternativa e positiva do que seria o internacional, afirma Rosenberg (2016a).⁹

9 Percebe-se como esta teorização de Rosenberg se apoia numa crítica ao realismo, mais especificamente, a Waltz (Rosenberg 2006; 2013; 2016a; 2017; 2020), questão que remonta à tese de doutorado do autor (Rosenberg 1992). É interessante notar que em outros momentos essa crítica é aliviada, quando afirma que o realismo





É frente a essas questões que Rosenberg resgata a ideia de DDC como uma apreensão epistemológica capaz de contemplar o entendimento do internacional baseado no fato de que as sociedades são múltiplas e interagem entre si (Rosenberg 2016b). Em outras palavras, é uma ideia capaz de iluminar um entendimento ontológico alternativo para as RI, pautado na multiplicidade. Entende-se que este é um movimento transhistórico; ou seja, a existência humana é caracterizada por sua multiplicidade e constante interação desde seus primórdios (Rosenberg 2016b). Feita essa demarcação ontológica, o autor aponta para cinco consequências da multiplicidade, que caracterizam o que ela implica para a história humana: “coexistência”, “diferença”, “interação”, “combinação” e “mudança dialética”. Por coexistência, entende-se o ponto básico da multiplicidade: o fato de que o mundo é composto por múltiplas sociedades que coexistem paralelamente umas às outras (Rosenberg 2016a). Essa multiplicidade não é meramente quantitativa, mas também qualitativa: existem diferenças entre as sociedades quanto ao seu tamanho, história, cultura etc. (Rosenberg 2016a). Diante dessas duas consequências, uma terceira é a interação: o fato de que as sociedades interagem entre si. Esses movimentos são indeterminados, podendo gerar efeitos “positivos” ou “negativos” (Rosenberg 2016a). Partindo disso, entende-se que todas as sociedades vivem em combinação, pois nenhuma é capaz de ter uma história singular, sem sofrer pressões e influências externas. A constituição interna das sociedades, desse modo, é composta também pela multiplicidade (Rosenberg 2016a). Assim, o internacional é entendido como algo que existe também internamente às sociedades ao redor do mundo, afetando e moldando as relações do cotidiano (Rosenberg 2016b).¹⁰ Todas essas questões fazem com que o desenrolar da história humana seja percebido de forma não linear; é um processo dialético que contempla uma ampla gama de atores e agências “internas” e “externas”, em que “trocas entre formações sociais geram novas possibilidades e desdobramentos por meio de mecanismos que são intrínsecos ao próprio fenômeno da interação” (Rosenberg 2016a, 13, traduzido).¹¹

waltziano teria sido o único esforço de teorização nas RI capaz de perceber a importância do internacional, e, portanto, da multiplicidade. De tal modo que o realismo seria a primeira grande meta-teoria existente na área, e o DDC se pretenderia ser a segunda, a qual melhor apreende as consequências da multiplicidade (Rosenberg 2017; 2020; 2021a; 2025).

10 Essa percepção se traduz também como um certo direcionamento metodológico de como enxergar uma determinada realidade. Neste sentido, ver Rosenberg (2016b).

11 Do original “exchanges among social formations unlock new possibilities and departures through mechanisms that are intrinsic to the phenomenon of interaction itself.”





Com isso, abre-se às RI uma fuga da prisão da Ciência Política, considerando que assim uma conceitualização positiva e totalizante do que é o internacional é contemplada. Portanto, enquanto a Ciência Política tem o poder político; a Geografia, o espaço; a Sociologia, as relações sociais; as RI tem o internacional, mas definido em termos de multiplicidade, como ontologia (Rosenberg 2016a). O internacional é entendido como algo “em si”, influenciando as mais diversas dinâmicas da realidade. Isso significa que as RI, partindo deste prisma, são capazes de contribuir para outras disciplinas em estudos sobre objetos específicos delas, e também, de informar acerca das determinações do internacional para as dimensões de classe, gênero, raça, linguagem, ao invés de deter-se na discussão da importância dessas questões para o internacional (Rosenberg 2016a).¹²

Para resumir, vê-se como a teorização de Rosenberg propõe uma alternativa não internalista para o entendimento do internacional. O DDC é resgatado com o propósito de romper com o internalismo em relação ao “externo”, presente na tradição hegemônica da área de RI, aquilo que o autor chama de “problema do internacional” (Rosenberg 2016b); o que, por consequência, também desvia de um internalismo em relação ao “doméstico”, o nacionalismo metodológico, igualmente presente nas RI mas também muito visto em outras áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, tal ideia é mobilizada por sua compatibilidade teórica na apreensão do giro ontológico proposto por Rosenberg às RI: o internacional definido em termos de multiplicidade, e não como um espaço externo ao doméstico onde Estados coexistem na ausência de uma autoridade central. Desse modo, chega-se a uma definição do internacional pautada por múltiplas determinações históricas, agências e combinações que afetam a humanidade como um todo.

As diferentes apropriações e vertigens

Cumprir dar um passo lateral para apontar diferenças entre a noção de DDC mobilizada por Trotsky e a de Rosenberg. Eis uma questão importante, visto que tal diferença abre espaço para que a reformulação rosenbergiana do DDC ganhe notoriedade nas RI e seja passível de apropriações diversas por outros autores. Nesta seção, ao passo em que isso é esclarecido, traça-se um fio histórico das

12 Para engajamentos e problematizações acerca dessa demarcação “disciplinar” de Rosenberg acerca das RI, ver o fórum organizado por Booth e Kurki (2017) e Rosenberg *et al.* (2022), assim como os artigos de Corry (2022) e Kurki (2020).





obras de Rosenberg bem como as diferentes maneiras em que autores dialogaram e criticaram-nas; ao fim, foca-se nas críticas de eurocentrismo endereçadas ao DDC. Com este esclarecimento sobre a abertura nesta teorização e estas críticas do eurocentrismo apresentadas, é possível levar adiante a argumentação do texto na seção seguinte, a qual dialoga com ambas as questões.

A abertura teórica

Pode-se dizer que, na forma como é resgatada por Rosenberg, há uma certa esterilização da ideia de DDC de Trotsky. Por um lado, o desacoplamento da ideia original de DDC em relação ao marxismo faz com que essa formulação seja desmembrada de um ancoramento teórico amplo, perdendo por exemplo a capacidade de explicitar hierarquias no capitalismo (Vieira 2025), bem como sua perspectiva revolucionária. Por outro, promove a própria abertura para outras conexões teóricas ao conservar o sentido original desta formulação — que postula que o desenrolar da história humana ocorre de modo não linear e pautado por movimentos de interação entre sociedades — e elevá-la para o status de uma abstração geral (Callinicos e Rosenberg 2008; Rosenberg 2017; 2020; 2021a), abertura essa que ocasiona o próprio “sucesso” de sua empreitada na literatura de RI (Rosenberg 2020). Dito de outro modo, retira-se o esqueleto (o DDC) de um corpo teórico em que estava atrelado (o marxismo, neste caso, o marxismo-trotskismo), transformando-o e fazendo com que seja capaz de habitar outros corpos teóricos.

Tendo isso em vista, a formulação rosenbergiana do DDC não pretende se inscrever nas RI como uma “teoria”, assemelhando-se ao realismo, liberalismo, etc. (Rosenberg 2020; Callinicos e Rosenberg 2008). Na verdade, ele é um ponto de partida para teorizações — conferindo-as uma reorientação para que sejam capazes de contemplar a multiplicidade, um sentido não internalista do internacional — e não, por exemplo, um corpo teórico fechado e hermético, “pronto”. Nestes termos, o DDC é melhor entendido enquanto uma meta-teoria (Rosenberg 2020). E diante do fato de que em seus termos mais básicos a formulação do DDC diz muito e pouco ao mesmo tempo — muito, pois apreende toda a história humana; pouco, pois, utilizada nestes termos, não é capaz de gerar entendimentos mais específicos ou uma caracterização mais profunda do que se pretende analisar (Antunes de Oliveira 2019; Callinicos e Rosenberg 2008) —, aponta-se que seu uso passa justamente pela aproximação de teorias e percepções já existentes com essa formulação (Callinicos; Rosenberg 2008).





Histórico e debates

Todo esse esforço de Rosenberg tem uma longa história de maturação. Seus primeiros passos neste percurso aparecem em uma palestra transformada em artigo (Rosenberg 1996), onde o autor propõe a ideia de DDC como capaz de apreender uma caracterização positiva para o objeto de estudo das RI, em contraposição com, por exemplo, a teoria da balança de poder (*sic*). Nos anos 2000, de modo semelhante, o DDC é resgatado em debates sobre a sociologia histórica dentre as RI (Rosenberg 2006), como um meio de — em resumo — resolver os problemas que a primeira seção tratou como o “problema do internacional” (Rosenberg 2016b).

Mas é apenas ao final dessa década que surgem alguns engajamentos críticos importantes de outros autores com essa ideia. Num primeiro momento, destaca-se a troca de cartas entre Callinicos e Rosenberg (2008) que foi publicada em periódico. Tal conversa gira em torno de: 1) debater sobre o status teórico-metodológico da proposição do DDC, pensando em como balancear seu alcance de abstração geral como um potencial e não uma armadilha; e 2) discutir a relação das proposições do ponto (1) com o realismo e suas consequências teórico-metodológicas para as RI, diante do seu estatuto na área, tensionando a separação dos níveis “geopolíticos” e “societais” de análise (em outras palavras, o que a primeira seção respectivamente demarcou como internacionalismo e nacionalismo metodológicos). Posteriormente — e interagindo com esta troca de cartas —, autores como Allinson e Anievas (2009) e Shilliam (2009) promoveram mais tensionamentos para a obra de Rosenberg. Enquanto os primeiros problematizam o status de abstração geral do DDC e argumentam que os movimentos da realidade que captura só ganham maior corpo quando situados no capitalismo (Allinson e Anievas 2009), o segundo busca se distanciar de uma história intraeuropeia ao focar nas mudanças socialmente qualitativas oriundas da desigualdade e combinação na história humana em geral, argumentando que, para isso, o vetor essencial de DDC a ser estudado dentre a modernidade seria o “Atlântico” (Shilliam 2009).

Os anos 2010 em diante, por sua vez, parecem marcar o início de uma maior maturidade dessa empreitada teórica. É a partir dessa década em que as formulações de Rosenberg se apresentam de maneira mais condensadas, sobretudo dentro da área de RI, com a proposição ontológica da multiplicidade dentre o debate da “prisão da Ciência Política” (Rosenberg 2016a). Diante





desse cenário, também surgiram diversas apropriações das ideias de DDC e da multiplicidade. Algumas obras buscam mobilizar o DDC para análises ditas empíricas, se valendo de aproximações teóricas variadas. Anievas e Nişancioğlu (2015) propõem a traçar uma história não eurocêntrica e intersocietal do capitalismo partindo do DDC, em que, para isso, se baseiam majoritariamente em literaturas não-ocidentais. Antunes de Oliveira (2024), por sua vez, analisa os percursos econômico-políticos de Brasil e Argentina nos últimos trinta anos sob o prisma de uma conjugação do DDC com a Teoria Marxista da Dependência, criticando as narrativas neoliberais e neodesenvolvimentistas em ambos os países. Já Christie e Degirmencioglu (2019) organizam um livro focado em articulações do DDC com estudos literários e culturais. Por outro lado, emergiu uma literatura que se preocupa com a própria multiplicidade, em tentar entendê-la e cultivá-la de diferentes formas, sem interações com a ideia de DDC. Assim, é uma literatura que se preocupa com a proposição ontológica existente nas formulações de Rosenberg (a multiplicidade) e suas implicações para as RI e demais áreas do conhecimento, e não com a proposição epistemológica (o DDC) (Kurki 2020; Kurki e Rosenberg 2020; Rosenberg e Tallis 2022; Rosenberg et al. 2023).

Outras obras, por sua vez, se atêm em debates teórico-conceituais acerca da noção de DDC. Por exemplo, Rosenberg *et al.* (2022) é um fórum de discussão em que autores — tanto de fora quanto de “dentro” das RI — debatem sobre o DDC e sua pertinência para a área de RI. Dentre essas discussões, há autores que rejeitam a ideia de DDC, apontando para outras formas — ou apenas para a necessidade de se pensar em outras formas — que seriam mais capazes de caracterizar a multiplicidade. Ou seja, conservam a proposição da multiplicidade (a ontologia), que é (ou deve ser) apreendida de modo distinto por outras formulações epistemológicas que não o DDC.

A crítica do eurocentrismo

Neste último espaço estão Tickner (2023), Blaney e Inayatullah (2016), Blaney e Tickner (2016), e Shilliam (2009), mesmo que não identicamente.¹³ Estas obras endereçam ao DDC uma crítica por esta ideia conter um caráter

¹³ Vale conferir textos em que Rosenberg apresenta balanços críticos sobre diferentes engajamentos acerca do DDC e respostas a críticas — incluindo a crítica sobre eurocentrismo (Rosenberg 2009; 2010; 2017; 2020; 2021a) —, assim como os fóruns de discussão de suas ideias, compostos de autores de variados *backgrounds* (Rosenberg 2021b; Rosenberg *et al.* 2022; 2023).





eurocêntrico. Segundo tais autores, a formulação do DDC, apesar de conseguir fazer as RI saírem da prisão da Ciência Política, ainda a deixaria situada numa estrutura moderna e colonial (Blaney e Tickner 2017). Esse aprisionamento se manifestaria, por exemplo, levando em conta como o DDC contém uma noção de “desenvolvimento” (Blaney e Inayatullah 2016; Blaney e Tickner 2017). Neste sentido, entende-se que por falar em “desenvolvimento”, leituras pautadas pela noção de DDC contemplariam noções de “atraso”, “avanço”, ou seja, desenvolvimento como progresso civilizatório, modernização. Isso também implicaria no reconhecimento de apenas um universo único e moderno, pautado pelo paradigma do desenvolvimento, ocultando e excluindo outros universos e cosmologias, e, portanto, a possibilidade de entender o mundo sob o prisma de um pluriverso (Blaney e Inayatullah 2016; Blaney e Tickner 2017; Tickner 2023).¹⁴

Tendo isso em vista, aponta-se para a necessidade de entendimentos do DDC abordarem experiências fora do eixo eurocêntrico, moderno, ocidental (Blaney e Inayatullah 2016; Shilliam 2009). Fundamentalmente, nessas leituras defende-se a necessidade de uma perspectiva que seja capaz de reconhecer não apenas de forma descritiva os movimentos de interação, desigualdade e combinação da história humana pré-moderna, moderna ou no capitalismo em termos materiais, mas principalmente o resultado histórico qualitativo destes movimentos e suas implicações para a humanidade. Isto é, uma perspectiva que abarque o modo como a história humana é pautada em encontros de culturas que tinham potencial construtivo, positivo (por assim dizer), mas que em larga medida resultaram em processos de dominação, extermínio e exclusão (Blaney e Inayatullah 2016). É nesse contexto que Tickner (2023) interage com a multiplicidade, mas não a partir do DDC, bem como Shilliam (2009). Dentro do que se propõem, enquanto a primeira sugere a noção de “pluriverso”, o segundo aponta para a “creolização” como a gramática adequada para se entender o DDC na modernidade.

14 Rosenberg (2017) responde essas críticas apontando que o chama de “desenvolvimento” é simplesmente o resultado dos movimentos de “desigualdade” e “combinação”, indicando apenas uma mudança, sucessão. Antunes de Oliveira (2019) ecoa essas afirmações, depois também tentando pensar um sentido não-etapista/moderno/eurocêntrico para o “desenvolvimento” em outras ocasiões (Antunes de Oliveira 2020; 2024). Vieira (2025), por outro lado, oferece uma visão que contrapõe ambos.





Apropriação periférica do não internalismo: levando adiante o potencial crítico do DDC

Tais intervenções apontam para problemas importantes na teorização de Rosenberg, principalmente na maneira em como o DDC, como definido pelo autor, não é capaz de caracterizar o internacional para além de dizer que ele é múltiplo, esquecendo dimensões incontornáveis para se entender a realidade. Porém, é possível, ao mesmo tempo, aliviá-las e propor um caminho crítico não explícito na teorização rosenbergiana do DDC. Neste sentido, cabe resgatar as pontuações feitas sobre o potencial da sua crítica ao internalismo, bem como sobre a abertura teórica existente nestas formulações.

Entende-se aqui que o DDC não é necessariamente eurocêntrico e colonial. Ao contrário, seu drible em relação ao internalismo é um passo que rompe com o próprio estabelecimento da experiência europeia como universal, e por consequência o silenciamento de seu sustentamento histórico colonial (Matin 2022; Rutazibwa 2022). Por outro lado, compreende-se que ao mesmo tempo que o sentido “básico” do DDC — oriundo da reformulação do conceito de Trotsky feita por Rosenberg — faz com que sofra críticas sobre eurocentrismo, esse mesmo sentido permite que literaturas periféricas sejam aproximadas à esta formulação. Com isso, abre-se espaço para caracterizações do internacional que explicitam um complexo de desigualdades criadas e perpetuadas dentre a multiplicidade no tempo moderno, geradas precisamente através dos processos em que os silenciamentos de vozes marginais sobre o internacional estão inclusos. Isso possibilita não só descentrar entendimentos do internacional de uma história intraeuropeia, mas também explorar e explicitar agências silenciadas e oprimidas.

Dessa forma, o DDC é aqui tomado tanto como alvo de crítica quanto como um meio de traçar novas ideias. Ao promover esse diálogo com perspectivas periféricas, trazem-se à tona problemáticas não explicitadas em sua forma básica — ultrapassando os limites expostos pelas críticas sobre eurocentrismo e colonialidade — e leva-se adiante a abertura crítica oferecida pelo seu ponto de partida não internalista. Seguindo esse caminho, é possível fazer com que as proposições do DDC, na captura da multiplicidade, resgatem as RI não só da “prisão da Ciência Política” (Rosenberg 2016a), mas também da “prisão da modernidade colonial” em que estão situadas junto de demais áreas do conhecimento (Blaney e Tickner 2017).





Por outro lado, esse diálogo proposto é interessante para perspectivas periféricas já estabelecidas, visto que, com isso, são conectadas com um esforço de teorização mais amplo (e, claro, não internalista). Dessa maneira, é feito um desvio de uma tendência presente dentre leituras nesse âmbito de fecharem-se para abordagens de larga abrangência, universais — considerando que se põem contra a universalização da experiência europeia, uma forma particular desse movimento —, assim engendrando novos internalismos ou essencialismos (Matin 2012).

Indicações de como fazer essas aproximações já existem. Talvez o exemplo mais famoso dentre essa literatura seja o já mencionado Shilliam (2009). Partindo de diversas leituras em torno da escravidão transatlântica, busca ressaltar como o “vetor Atlântico” — isto é, o tráfico transatlântico de escravizados, a escravização no “Novo Mundo” e a “creolização” — foi um processo profundamente transformativo, que promoveu a criação de subjetividades no novo mundo marcadas por uma *creolité*; identidades nativas, gestadas em profunda articulação com as do velho mundo, mas sem se confundir com estas (Shilliam 2009).

Outra indicação reside em Lage (2020). Conversando com apropriações literárias sobre o DDC, o autor busca ir além de possibilidades que Rosenberg (2016b) encontra em estudos neste âmbito. Enquanto este último aponta para a crítica literária de Roberto Schwarz como um caminho possível de mobilização do DDC para estudos de história das ideias e produção artística/cultural, o primeiro resalta que certas obras também podem ser mobilizadas para críticas da modernidade. Desse modo, interage com as chamadas “Interpretações do Brasil”, apontando como estas permitem traçar um fio crítico do descompasso da modernidade periférica brasileira para a modernidade em geral, informando sobre um complexo de discriminações, desigualdades, combinações e mutações que residem no internacional dentre a modernidade, resvalando na própria história dos continentes europeu e africano. Ou seja, uma apropriação do DDC que busca explorar “particulares” fissuras periféricas, a fim de problematizar dinâmica mais “gerais” do internacional em sua multiplicidade.

Por fim, aponta-se aqui para uma aproximação do DDC com a Teoria Marxista da Dependência, sentido esse que já encontra respaldo nessa literatura (Antunes de Oliveira 2019; 2024). Esta é uma perspectiva que resalta como — pelo impacto do capitalismo, imperialismo e colonialismo na estruturação do internacional dentre a modernidade — os países periféricos experienciam a interação de sociedades de forma distinta, oferecendo uma teorização capaz de reconhecer sensibilidades





não ocidentais e do Sul Global (Tickner 2023). Entende-se que as sociedades latinoamericanas são dependentes, isto é, combinam-se de modo profundamente contraditório com o centro imperialista, movendo (“desenvolvendo”) o próprio capitalismo global, mas infligindo determinações negativas aos países dependentes. O aparente “atraso” da periferia (vulgarmente chamado de subdesenvolvimento) é um resultado dessa relação de subordinação, exercida pelo centro imperialista. A partir desse prisma, promove-se um melhor entendimento das consequências da multiplicidade no capitalismo, sobretudo por abarcar formulações teóricas em níveis de alcance mais imediatos (Antunes de Oliveira 2019), como as categorias de transferência de valor e superexploração da força de trabalho (Marini 2022). Elas deixam em maior evidência o que se apreende também com o DDC na mesma situação (e conforme lembrado a partir de Lage [2020]): como desigualdades “internas” de certas sociedades na verdade estão conectadas com a própria sustentação do sistema capitalista como o é.

Considerações finais

A reconstrução das ideias de Rosenberg e as variadas considerações propostas ao longo do texto ajudam a tensionar as formulações do autor, a fim de não promover uma aceitação acrítica delas no campo das RI e na subárea de TRI, assim como melhor examinar seu alcance e potencial crítico dentre o que inicialmente pretendem. Como mencionado, estes são debates que ainda têm sido pouco explorados na academia brasileira, e este texto se propôs a dar um passo introdutório na expansão dessas discussões no país.

De maneira central, viu-se que o “problema do internacional” e a “prisão da Ciência Política” apontados por Rosenberg, longe de serem meros problemas metodológicos ou disciplinares, vistos de outro modo, leva a reflexões sobre a constituição das RI como área do conhecimento e os espaços políticos e simbólicos que produz e legitima no mundo moderno, bem como as desigualdades e opressões aí situadas. Diante disso, este artigo buscou argumentar a favor de uma apropriação periférica do fio não internalista do DDC, utilizando-se de sua abertura teórica, propondo mobilizá-lo com perspectivas capazes de caracterizar o internacional revelando precisamente questões ocultas em seu caráter mais básico. Ou seja, entende-se que não é necessário rejeitar o internacional como conceito (cf: Tickner 2023), mas imaginá-lo de maneiras críticas, subversivas,





pautado por mundos outros (Santos Filho 2019). Ênfase no plural: o ponto reside em trazer diversas narrativas que cristalizem um mosaico alternativo do que seria o internacional, e não em suplantar um novo entendimento único como o atual, moderno. O DDC, por outro lado, oferece a essas perspectivas uma articulação com o internacional que não é internalista, ao passo em que as delineia um mínimo direcionamento metodológico (Matin 2012). Sendo este um esforço em construção, buscou-se apontar para alguns caminhos já existentes na literatura que contemplam tal proposta sugerida.

Referências

- Allinson, Jamie C, e Alexander Anievas. 2009. “The uses and misuses of uneven and combined development: an anatomy of a concept”. *Cambridge Review of International Affairs* 22 (1): 47–67. <https://doi.org/10.1080/09557570802680132>.
- Anievas, Alexander, e Kerem Nişancioğlu. 2015. *How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism*. Pluto Press.
- Antunes de Oliveira, Felipe. 2019. “The Rise of the Latin American Far-Right Explained: Dependency Theory Meets Uneven and Combined Development”. *Globalizations* 16 (7): 1145–1164. <https://doi.org/10.1080/14747731.2019.1567977>.
- Antunes de Oliveira, Felipe. 2020. “Development for Whom? Beyond the Developed/Underdeveloped Dichotomy”. *Journal of International Relations and Development* 23 (4): 924–946. <https://doi.org/10.1057/s41268-019-00173-9>.
- Antunes de Oliveira, Felipe. 2024. *Dependency and Crisis in Brazil and Argentina: A Critique of Market and State Utopias*. Pitt Latin American Series. University of Pittsburgh Press.
- Armele, Vinícius. 2025. Ontocídio: “Por uma Radicalização Ôntica da Crítica Decolonial nas Relações Internacionais”. *Carta Internacional* 20 (3): e1556. <https://doi.org/10.21530/ci.v20n3.2025.1556>.
- Bittencourt, Paulo, e Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos. 2025. “Gramscian and Trotskyist alternatives to Waltz’s International Relations”. *Tensões Mundiais* 21 (46–47): 77–97. <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v21i46e47.15271>.
- Blaney, David L., e Naeem Inayatullah. 2016. “The Stakes of Uneven and Combined Development”. Em *Historical Sociology and World History: Uneven and Combined Development over the Longue Durée*, organizado por Alexander Anievas e Kamran Matin. Rowman & Littlefield International.





- Blaney, David L., e Arlene B. Tickner. 2017. “International Relations in the Prison of Colonial Modernity”. *International Relations* 31 (1): 71–75. <https://doi.org/10.1177/0047117817691349>.
- Booth, Ken, e Milja Kurki. 2017. “Editors’ Introduction: Rethinking International Relations — Again”. *International Relations* 31 (1): 68–70. <https://doi.org/10.1177/0047117817690568>.
- Callinicos, Alex, e Justin Rosenberg. 2008. “Uneven and combined development: the social-relational substratum of ‘the international’? An exchange of letters”. *Cambridge Review of International Affairs* 21 (1): 77–112. <https://doi.org/10.1080/09557570701828600>.
- Christie, James, e Nesrin Degirmencioglu, orgs. 2019. *Cultures of Uneven and Combined Development: From International Relations to World Literature*. Brill.
- Corry, Olaf. 2022. “What’s the Point of Being a Discipline? Four Disciplinary Strategies and the Future of International Relations”. *Cooperation and Conflict* 57 (3): 290–310. <https://doi.org/10.1177/00108367221098492>.
- Krishna, Sankaran. 2018. “The relevance of postcolonialism for IR”. Em *Race, Gender, and Culture in International Relations: Postcolonial Perspectives*, organizado por Randolph B. Persaud e Alina Sajed. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315227542>.
- Kurki, Milja. 2020. “Multiplicity Expanded: IR Theories, Multiplicity, and the Potential of Trans-Disciplinary Dialogue”. *Globalizations* 17 (3): 560–575. <https://doi.org/10.1080/14747731.2019.1670532>.
- Kurki, Milja, e Justin Rosenberg. 2020. “Multiplicity: a new common ground for international theory?” *Globalizations* 17 (3): 397–403. <https://doi.org/10.1080/14747731.2020.1717771>.
- Lage, Victor Coutinho. 2020. “Desigual e combinado: As ‘Interpretações do Brasil’ diante do complexo prisional das ‘Teorias de Relações Internacionais’”. Em *Relações Internacionais para um mundo em mutação: Policentrismo e diálogo transdisciplinas*, organizado por Luciano da Rosa Muñoz e Raphael Spode. Appris Editora.
- Lage, Victor Coutinho. 2022. “Interpretações do Brasil, ‘formação’ e ‘desenvolvimento desigual e combinado’”. Em *Política externa e desenvolvimento no Sul geopolítico*, organizado por Carlos R. S. Milani e Elsa Sousa Kraychete. Edufba.
- Löwy, Michael. 1998. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”. *outubro* 1: 73–80.
- Marini, Ruy Mauro. 2022. “Dialética da dependência”. Em *Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos*, 2ª ed., organizado por Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Expressão Popular.
- Marx, Karl, e Friedrich Engels. 2008. *Manifesto do partido comunista*. Expressão Popular.





- Matin, Kamran. 2012. "Redeeming the Universal: Postcolonialism and the Inner Life of Eurocentrism". *European Journal of International Relations* 19 (2): 353–377. <https://doi.org/10.1177/1354066111425263>.
- Matin, Kamran. 2022. "Is 'Uneven and Combined Development' White?" *Millennium*. 50 (2): 316–320.
- Passos, Rodrigo Duarte Fernandes Dos. 2017. "MULHERES E GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PARA ALÉM DAS 'PRISÕES COTIDIANAS' E EPISTEMOLÓGICAS". *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília* 3 (1): 47–64. <https://doi.org/10.33027/2447-780X.2017.v3.n1.05.p47>.
- Passos, Rodrigo Duarte Fernandes Dos. 2022. "Notas sobre Gênero, Desenvolvimento Desigual e Combinado e Teoria das Relações Internacionais". Em *Direitos Humanos, gênero, cidadania e educação*, organizado por Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. Oficina Universitária; Cultura Acadêmica. <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-279-6.p243-266>.
- Rosenberg, Justin. 1992. "Social Structures and Geopolitical Systems: A Critique of the Realist Theory of International Relations". Tese de Doutorado, London School of Economics and Political Science, London University.
- Rosenberg, Justin. 1996. "Isaac Deutscher and the Lost History of International Relations". *New Left Review*, nº 1/215: 3–15.
- Rosenberg, Justin. 2006. "Why Is There No International Historical Sociology?" *European Journal of International Relations* 12 (3): 307–340. <https://doi.org/10.1177/1354066106067345>.
- Rosenberg, Justin. 2009. "Basic problems in the theory of uneven and combined development: a reply to the CRIA forum". *Cambridge Review of International Affairs* 22 (1): 107–110. <https://doi.org/10.1080/09557570802692392>.
- Rosenberg, Justin. 2010. "Basic problems in the theory of uneven and combined development. Part II: unevenness and political multiplicity". *Cambridge Review of International Affairs* 23 (1): 165–189. <https://doi.org/10.1080/09557570903524270>.
- Rosenberg, Justin. 2013. "The 'Philosophical Premises' of Uneven and Combined Development". *Review of International Studies* 39 (3): 569–597. <https://doi.org/10.1017/S0260210512000381>.
- Rosenberg, Justin. 2016a. "International Relations in the Prison of Political Science". *International Relations* 30 (2): 127–153. <https://doi.org/10.1177/0047117816644662>.
- Rosenberg, Justin. 2016b. "Uneven and Combined Development: 'The International' in Theory and History". Em *Historical Sociology and World History: Uneven and Combined Development over the Longue Durée*, organizado por Alexander Anievas e Kamran Matin. Rowman & Littlefield International.





- Rosenberg, Justin. 2017. "The Elusive International". *International Relations* 31 (1): 90–103. <https://doi.org/10.1177/0047117817691353>.
- Rosenberg, Justin. 2020. "Uneven and combined development: a defense of the general abstraction". *Cambridge Review of International Affairs* 35 (3): 267–290. <https://doi.org/10.1080/09557571.2020.1835824>.
- Rosenberg, Justin. 2021a. "Results and prospects: an introduction to the CRIA special issue on UCD". *Cambridge Review of International Affairs* 34 (2): 146–163. <https://doi.org/10.1080/09557571.2021.1890694>.
- Rosenberg, Justin. 2021b. "UCD and IPE: an introduction to the forum". *Cambridge Review of International Affairs* 34 (2): 316–317. <https://doi.org/10.1080/09557571.2021.1894037>.
- Rosenberg, Justin. 2025. "Multiplicity". Em *Elgar Encyclopedia of International Relations*, organizado por Beate Jahn e Sebastian Schindler. Edward Elgar Publishing.
- Rosenberg, Justin, e Benjamin Tallis. 2022. "Introduction: The International of Everything". *Cooperation and Conflict* 57 (3): 250–267. <https://doi.org/10.1177/00108367221098490>.
- Rosenberg, Justin, Ole Wæver, Viacheslav Morozov, et al. 2023. "Multiplicity and 'The International' as Critique—A Forum". *Millennium* 52 (2): 499–529. <https://doi.org/10.1177/03058298231205236>.
- Rosenberg, Justin, Ayşe Zarakol, David Blagden, et al. 2022. "Debating Uneven and Combined Development/Debating International Relations: A Forum". *Millennium* 50 (2): 291–327. <https://doi.org/10.1177/03058298211064346>.
- Rutazibwa, Olivia. U. 2022. "Engaging Uneven and Combined Development in Anticolonial Epistemic blackness". *Millennium*. 50 (2): 304–308.
- Sabaratnam, Meera. 2020. "Is IR Theory White? Racialised Subject-Positioning in Three Canonical Texts". *Millennium* 49 (1): 3–31. <https://doi.org/10.1177/0305829820971687>.
- Santos Filho, Onofre dos. 2019. "Ultra Aequinoxialem Non Peccari: anarquia, estado de natureza e a construção da ordem político-espacial". *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD* 8 (15): 486–518. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i15.11553>.
- Santos, Tiago Matos dos. 2024. "The Global Competition, Uneven and Combined Development, and Regulatory Reforms: A Critical Analysis of the World Bank's Doing Business Ranking". *Mural Internacional* 15 (dezembro): e86378–e86378. <https://doi.org/10.12957/rmi.2024.86378>.
- Shilliam, Robbie. 2009. "The Atlantic as a vector of uneven and combined development". *Cambridge Review of International Affairs* 22 (1): 69–88. <https://doi.org/10.1080/09557570802683904>.





- Silva, Karine de Souza. 2021. “‘Esse silêncio todo me atordoa’: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais”. *Revista de Informação Legislativa* 58 (229): 37–55.
- Tickner, Arlene. B. 2023. “Decolonizing the ‘International’”. *Millenium* 52 (2): 522–525.
- Trotsky, Leon. 2017. *A história da Revolução Russa: a queda do tzarismo*. Vol. 1. Senado Federal.
- Uneven and Combined Development. 2025. “News and updates”. <https://unevencombined.wordpress.com/>.
- Vieira, Marco. 2025. “Uneven and Combined Desires: A Psychological Rethinking of Societal Multiplicity in World Politics”. *Cooperation and Conflict*, advance online publication, fevereiro 14. <https://doi.org/10.1177/00108367251316463>.
- Waltz, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. Addisson-Wesley.

